

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2023

(Da Sra. Adriana Ventura e outros)

Requer informações adicionais ao Ministro da Educação, Camilo Santana, sobre a continuidade da Política Nacional de Alfabetização.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Educação o presente Requerimento de Informação, cuja finalidade é obter esclarecimentos sobre a continuidade da Política Nacional de Alfabetização.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério da Educação reconhecer como importantes para a compreensão dos fatos:

- 1) A Política Nacional de Alfabetização (PNA), operacionalizada pela extinta Secretaria de Alfabetização, também será descontinuada?
- 2) Quais foram as métricas utilizadas pelo excelentíssimo senhor Ministro da Educação para afirmar em seu perfil no Twitter, no dia 03 de janeiro de 2023, para afirmar que as políticas implementadas pela Secretaria de Alfabetização, incluindo a PNA, não trouxeram "resultados efetivo" e que a alfabetização brasileira regrediu absurdamente nos últimos anos"?
- 3) Quais são os planos da atual gestão do MEC para melhorar os índices de alfabetização no Brasil e melhorar a posição do país no ranking de PISA?
- 4) Quais são os planos da atual gestão do MEC para diminuir os efeitos adversos na alfabetização decorrentes do fechamento de escolas no período de enfrentamento da COVID-19?

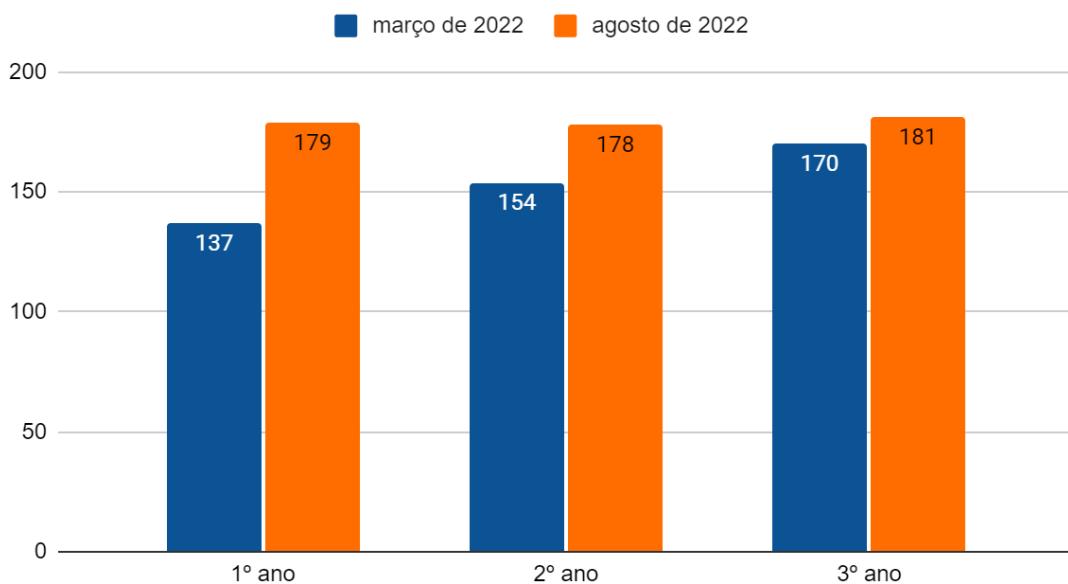


JUSTIFICATIVA

O presente Requerimento de Informação tem como objetivo apresentar questionamentos sobre a possível descontinuidade da Política Nacional de Alfabetização (PNA), tendo em vista a extinção da Secretaria de Alfabetização, instrumentalizada pelo Decreto nº 11.342, de 1º de janeiro de 2023, que definiu a estrutura organizacional do MEC para a atual gestão. A Secretaria de Alfabetização detinha a prerrogativa de implementar a PNA, que havia sido criada para tentar reverter os péssimos resultados históricos do Brasil no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Vale lembrar que, em 2016, o Brasil estava entre os 12 piores países da avaliação de capacidade de leitura, com uma média de 407 pontos, bem abaixo da média de 493 dos países avaliados pela OCDE. Ainda que o país não tenha melhorado significativamente no ranking PISA nos anos seguintes, notou-se uma discreta melhora na última avaliação realizada em 2019 (413 pontos).

Durante Audiência Pública Extraordinária na Câmara dos Deputados, ocorrida em 8 de dezembro de 2022, o então Diretor de Políticas de Alfabetização da Secretaria de Alfabetização, Maurício Almeida Prado, demonstrou resultados alcançados pelas ações da Secretaria. Em especial, o sucesso do programa Tempo de Aprender, do MEC, que promovia a formação continuada de profissionais de alfabetização, apoio pedagógico e gerencial para a alfabetização e aprimoramento das avaliações. Destaca-se o avanço registrado quando se compara as avaliações diagnósticas e formativas aplicadas entre os meses de março e agosto de 2022.

Avaliações Diagnósticas e Formativas - Ensino Fundamental



Fonte: Ministério da Educação



* C D 2 3 4 0 8 7 3 9 3 6 0 0 *

Ademais, tendo em vista os números alarmantes de analfabetismo-históricos, é verdade - evidenciados no Brasil, parece-nos razoável a existência de estrutura organizacional no âmbito do MEC exclusivamente focada na superação desse problema. Parece-nos que o retorno das atribuições de alfabetização à Secretaria de Educação Básica possa retirar a prioridade que o tema merece, ainda mais diante dos obstáculos adicionais trazidos pela pandemia COVID-19 e do período desastroso de afastamento das crianças das escolas, em especial daquelas que utilizam o serviço público de ensino.

Na qualidade de Deputada Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão do caso. As informações acima solicitadas são relevantes para entendermos a extensão das mudanças que estão sendo realizadas nas políticas conduzidas pelo MEC e para compreendermos a estratégia que está sendo desenhada pelo MEC para diminuir o analfabetismo no Brasil.

Sala das Sessões, em 1 de Fevereiro de 2023.

Deputada Federal ADRIANA VENTURA (NOVO/SP)

Deputado Federal GILSON MARQUES (NOVO/SC)

Deputado Federal MARCEL VAN HATTEM (NOVO/SP)





Requerimento de Informação (Da Sra. Adriana Ventura)

Requer informações adicionais
ao Ministro da Educação, Camilo Santana,
sobre a continuidade da Política Nacional
de Alfabetização.

Assinaram eletronicamente o documento CD234087393600, nesta ordem:

- 1 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 2 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)
- 3 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)